



20
21

Demonstrações contábeis
Redecard Instituição de
Pagamento S.A.

30 de junho de 2021

REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Redecard Instituição de Pagamento S.A. (Nova denominação social da Redecard S.A.), relativas aos períodos de 30/06/2021 e 31/12/2020 para contas patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2021 e de 2020 para contas de resultado, as quais seguem os dispositivos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN).

São Paulo, 23 de agosto de 2021.

A Administração

REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

DIRETORIA

Diretora Presidente

Paula Magalhães Cardoso Neves

Diretores

Angelo Russomanno Fernandes

Carlos Henrique Donegá Aidar

Eduardo Esteban Mato Amarin

Fernando Barçante Tostes Malta

Gabriela Rodrigues Ferreira

José Geraldo Franco Ortiz Júnior

Rodrigo Andre Leiras Carneiro

Rubens Fogli Netto

Tatiana Grecco

Contador

Arnaldo Alves dos Santos

CRC 1SP210058/O-3

Sede: Rua Tenente Mauro de Miranda, 36, bloco D, 7º andar (parte), Parque Jabaquara - São Paulo - SP

REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**Balanço Patrimonial***(Em Milhares de Reais)*

Ativo	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante		66.444.751	65.363.681
Disponibilidades	3a	456.585	506.537
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3a, 3b e 8a	4.356.446	2.403.910
Aplicações no Mercado Aberto		4.356.446	2.403.910
Títulos e Valores Mobiliários	3c, 4 e 8a	1.308.652	1.228.177
Carteira Própria		1.308.652	1.228.177
Relações Interfinanceiras	3d	59.762.329	60.740.683
Outros Créditos		531.893	452.391
Ativos Fiscais Correntes	6c	145.044	118.232
Ativos Fiscais Diferidos	3j e 6b	109.608	115.451
Diversos	3d	277.241	218.708
Outros Valores e Bens	3e	28.846	31.983
Despesas Antecipadas		28.846	31.983
Permanente		1.328.699	1.406.232
Investimentos	3f	682.384	677.278
Participações em Controladas e Coligadas		682.189	677.006
Outros Investimentos		1.653	1.653
(Provisões para Perdas)		(1.458)	(1.381)
Imobilizado	3g	440.282	533.132
Outras Imobilizações		1.528.148	1.537.937
(Depreciações Acumuladas)		(1.087.866)	(1.004.805)
Ágio e Intangível		206.033	195.822
Ativos Intangíveis		13.137.435	13.093.250
(Amortização Acumulada)		(12.931.402)	(12.897.428)
Total do Ativo		67.773.450	66.769.913

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.***REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.****Balanço Patrimonial***(Em Milhares de Reais)*

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	30/06/2021	31/12/2020
Circulante e Não Circulante		44.227.576	49.443.910
Relações Interfinanceiras	3d	8.628.050	11.408.797
Provisões		82.990	85.096
Outras Obrigações		35.516.536	37.950.017
Transações de Pagamentos	3d	35.085.860	37.532.253
Obrigações Fiscais Correntes	6c	163.255	160.144
Obrigações Fiscais Diferidas	3j	3.233	3.259
Diversas		264.188	254.361
Patrimônio Líquido	7	23.545.874	17.326.003
Capital Social		9.865.210	3.865.210
Reservas de Capital		12.508.144	12.506.309
Reservas de Lucros		1.168.384	950.306
Outros Resultados Abrangentes	3k	4.136	4.178
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		67.773.450	66.769.913

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**Demonstração do Resultado***(Em Milhares de Reais, exceto as informações de quantidade de ações e de lucro por ação)*

	Nota	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Receitas da Intermediação Financeira		249.535	194.115
Operações de Outros Créditos		195.696	38.684
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	3c	53.839	155.431
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		249.535	194.115
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais		85.822	(48.648)
Receitas de Prestação de Serviços	5a	1.461.085	1.402.215
Despesas de Pessoal	5b	(220.265)	(201.665)
Outras Despesas Administrativas	5c	(814.912)	(887.385)
Despesas de Provisões		(35.303)	(13.322)
Provisões Cíveis		(8.759)	(4.511)
Provisões Trabalhistas		(28.769)	(8.574)
Provisões Fiscais e Previdenciárias		2.225	(209)
Outros Riscos		-	(28)
Despesas Tributárias	6a II	(117.531)	(135.365)
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas e Outros Investimentos	3f	10.385	1.783
Outras Receitas / (Despesas) Operacionais	5d	(197.637)	(214.909)
Resultado Operacional		335.357	145.467
Resultado Não Operacional		246	(6.899)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações		335.603	138.568
Imposto de Renda e Contribuição Social	3j e 6a I	(116.347)	(49.593)
Devidos sobre Operações do Período		(110.571)	(12.005)
Referentes a Diferenças Temporárias		(5.776)	(37.588)
Participações no Lucro	8b	(1.178)	(750)
Lucro Líquido		218.078	88.225
Lucro por ação (Ordinárias) - Básico e Diluído		0,24	0,13
Média Ponderada da Quantidade de Ações Ordinárias em Circulação - Básica e Diluída	7a	902.960.740	671.898.449

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.***REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.****Demonstração do Resultado Abrangente***(Em Milhares de Reais)*

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Lucro Líquido	218.078	88.225
Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego ^(*)	(42)	(2.152)
Remensurações	-	(3.260)
Efeito Fiscal	-	1.108
Coligadas / controladas	(42)	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	(42)	(2.152)
Total do Resultado Abrangente	218.036	86.073

() Montantes que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.*

REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Nota 7)
(Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
			Estatutária	Remensurações em Obrigações de Benefícios Pós Emprego		
Saldos em 01/01/2020	3.865.210	12.503.732	751.622	6.208	-	17.126.772
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	117	-	-	-	117
Total do Resultado Abrangente	-	-	5.475	(2.152)	88.225	91.548
Lucro Líquido	-	-	-	-	88.225	88.225
Outros Resultados Abrangentes	-	-	5.475	(2.152)	-	3.323
Destinações:						
Reservas	-	-	88.225	-	(88.225)	-
Saldos em 30/06/2020	3.865.210	12.503.849	845.322	4.056	-	17.218.437
Mutações do Período	-	117	93.700	(2.152)	-	91.665
Saldos em 01/01/2021	3.865.210	12.506.309	950.306	4.178	-	17.326.003
Resultado da Entrega de Ações em Tesouraria	-	1.835	-	-	-	1.835
Aumento de Capital	6.000.000	-	-	-	-	6.000.000
Total do Resultado Abrangente	-	-	-	(42)	218.078	218.036
Lucro Líquido	-	-	-	-	218.078	218.078
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	(42)	-	(42)
Destinações:						
Reservas	-	-	218.078	-	(218.078)	-
Saldos em 30/06/2021	9.865.210	12.508.144	1.168.384	4.136	-	23.545.874
Mutações do Período	6.000.000	1.835	218.078	(42)	-	6.219.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.**Demonstração dos Fluxos de Caixa***(Em Milhares de Reais)*

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Lucro Líquido Ajustado	460.635	198.909
Lucro Líquido	218.078	88.225
Ajustes ao Lucro Líquido	242.557	110.684
Depreciações e Amortizações	191.184	197.614
Amortização de Ágio	21.964	13.874
Tributos Diferidos	5.776	37.588
Receita de Atualização / Encargos de Depósitos em Garantia	(553)	(652)
Despesa de Atualização / Encargos de Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	2.731	1.704
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Fiscais e Previdenciárias e Outros Riscos	42.467	15.530
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(10.312)	(1.773)
Resultado de Juros e Variação Cambial de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(10.435)	(158.297)
Constituição / (Reversão) de Perdas em Outros Investimentos	77	-
Resultado na Alienação de Imobilizado	(342)	5.096
Variação de Ativos e Passivos	(4.383.646)	2.847.711
(Aumento) / Redução em Ativos		
Títulos e Valores Mobiliários	(18.838)	-
Relações Interfinanceiras e Relações Interdependências (Ativos / Passivos)	(1.802.393)	13.847.441
Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(81.697)	492.447
Aumento / (Redução) em Passivos		
Provisões e Outras Obrigações	(2.398.598)	(11.439.643)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(82.120)	(52.534)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(3.923.011)	3.046.620
Recursos da Venda de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	818.771	6.195.017
Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	(869.973)	-
(Aquisição) de Investimentos	(15.000)	(284.304)
(Aquisição) de Imobilizado	(87.178)	(98.410)
Alienação de Imobilizado	19.244	26.444
(Aquisição) de Intangível	(40.269)	(29.063)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	(174.405)	5.809.684
Aumento de Capital	6.000.000	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	6.000.000	-
Aumento / (Diminuição) Líquido em Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 3a)	1.902.584	8.856.304
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	2.910.447	292.996
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4.813.031	9.149.300
Disponibilidades	456.585	252.971
Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada	4.356.446	8.896.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

REDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 30/06/2021 e 31/12/2020 para Contas Patrimoniais e de 01/01 a 30/06 de 2021 e 2020 para Resultado

(Em Milhares de Reais, exceto informações por ação)

Nota 1 – Contexto Operacional

A Redecard Instituição de Pagamento S.A. (REDE) é uma sociedade anônima que basicamente tem por objeto a coordenação dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, fornecimento de terminais eletrônicos, representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento, entre outras atividades.

Em AGE de 30/04/2021, homologada pelo BACEN, foi alterada a demoninação social de Redecard S.A. para Redecard Instituição de Pagamento S.A..

As operações da REDE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 23 de agosto de 2021.

Nota 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis da REDE foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, e Lei nº 11.941, de 27/05/2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos e orientações do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN). As informações nas demonstrações contábeis e nas correspondentes notas explicativas evidenciam todas as informações relevantes inerentes às demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Com a entrada em vigor da Resolução BCB nº 2/2020, a partir de janeiro de 2021 as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade.

b) Estimativas Contábeis Críticas e Julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos, passivos e passivos contingentes devido às incertezas e ao alto nível de subjetividade envolvido no reconhecimento e mensuração de determinados itens. As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pela REDE estão relacionados com os seguintes tópicos:

I) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros - O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação baseadas em premissas, que levam em consideração informações e condições de mercado. As principais premissas são: dados históricos, informações de transações similares e técnicas de precificação. Para instrumentos mais complexos ou sem liquidez, é necessário um julgamento significativo para determinar o modelo utilizado mediante seleção de *inputs* específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente.

II) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido - Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias dedutíveis, e prejuízos fiscais e base negativa a compensar na medida em que i) se considera provável que a REDE gerará lucro tributável futuro para a sua utilização; e ii) apresente histórico de lucros ou receitas tributáveis em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. A realização esperada do ativo fiscal diferido é baseada na projeção de lucros tributáveis futuros e outros estudos técnicos.

III) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias - A REDE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

c) Desenvolvimento de Negócios

Aquisição da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A.

Em 31 de outubro de 2019, a REDE, celebrou contrato de compra e venda de 100% do capital social da Zup I.T. Serviços em Tecnologia e Inovação S.A. (ZUP). A compra será realizada em três etapas ao longo de quatro anos. Na primeira etapa, a REDE adquiriu 52,96% do capital total e votante da ZUP pelo valor aproximado de R\$ 293, passando a deter o controle da companhia. No terceiro ano, após o fechamento da operação, a REDE adquirirá participação adicional de 19,6% e, no quarto ano a participação restante, de forma a alcançar 100% do capital da ZUP.

As efetivas aquisições e liquidações financeiras ocorreram em 31 de março de 2020 após obtenção das autorizações regulatórias necessárias.

Nota 3 – Políticas Contábeis Significativas

a) Caixa e Equivalentes de Caixa - É definido como caixa, contas correntes em bancos e aplicações financeiras, considerados no Balanço Patrimonial nas rubricas Disponibilidades e Aplicações no Mercado Aberto (Posição Bancada) com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez e Demais Operações Ativas e Passivas - As operações com rendas e encargos prefixados são contabilizadas pelo valor presente. As operações com rendas e encargos pós-fixados ou flutuantes são contabilizadas pelo valor do principal atualizado. As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial são contabilizadas pelo valor correspondente em moeda nacional. As operações passivas de emissão própria são apresentadas líquidas dos custos de transação incorridos, quando relevantes, calculadas *pro rata die*.

c) Títulos e Valores Mobiliários - Registrados pelo custo de aquisição atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN. São classificados na seguinte categoria:

- **Títulos para Negociação** - Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos Disponíveis para Venda** - Títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor justo em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido.

Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.

Valor Justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

A hierarquia de valor justo é classificada conforme a relevância dos dados observados no processo de mensuração.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo para Ativos Financeiros estão definidos abaixo:

Nível 1: Títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços disponíveis em um mercado ativo.

Nível 2: Quando as informações de apreçamento não estiverem disponíveis para um título ou valor mobiliário específico, a avaliação geralmente se baseia em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como *Bloomberg*, *Reuters* e corretoras (somente quando representam transações efetivas) ou fluxos de caixa descontados, que usam as informações derivadas de ativos ativamente negociados em um mercado ativo.

Nível 3: Quando não houver informações de apreçamento em um mercado ativo, utilizam-se modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo proprietário.

Todas as metodologias descritas acima podem resultar em um valor justo que pode não ser indicativo do valor realizável líquido ou dos valores justos futuros. No entanto, acredita-se que todas as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado. Além disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos na data do balanço.

- d) Outros Créditos e Outras Obrigações** - Outros Créditos - Diversos, registra as rendas a receber pela prestação de serviços em arranjo de pagamento, exceto as relativas à execução de transações de pagamento registradas em Relações Interfinanceiras (Ativo e Passivo). Outras Obrigações - Transações de Pagamentos, refere-se a valores a pagar relativos às Obrigações por Transações de Pagamentos.
- e) Outros Valores e Bens** - Compostos basicamente por Despesas Antecipadas relativas à pagamentos à terceiros por manutenção de Pontos de Venda (POS) e *softwares*, cujos benefícios econômicos ocorrerão em exercícios futuros.
- f) Investimentos** - Em controladas e coligadas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os ágios originados nas aquisições de investimentos são amortizados com base na expectativa de rentabilidade futura ou por sua realização.
- g) Imobilizado** - É contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada período. Os ativos são avaliados a fim de identificar indicações de redução em seus valores recuperáveis.

- h) Intangível** - É composto por: (i) Valor de ágio pago na aquisição de sociedade, transferido para o ativo intangível em razão da incorporação do patrimônio da adquirida pela adquirente; (ii) Direitos de uso, amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou na medida que os benefícios econômicos fluem para a empresa; e (iii) *Softwares*, amortizados em cinco anos e carteiras de clientes amortizados em até dez anos.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados de forma linear pelo prazo de sua vida útil estimada e os de vida útil indefinida são testados semestralmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável.

- i) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias** - são possíveis direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos. São quantificados pela melhor estimativa, utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

Os ativos contingentes não são reconhecidos no Balanço Patrimonial, exceto quando a Administração da REDE entender que sua realização for praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável, e pela retirada de ações como resultado da liquidação de

pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração e são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Contingências garantidas por cláusulas de indenização em processos de privatização e outros e com liquidez são reconhecidas quando da notificação judicial, sendo reconhecidos simultaneamente os valores a receber, não gerando efeito no resultado.

Obrigações Legais, Ações Fiscais e Previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável.

O componente diferido, representado pelos ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributária dos ativos e passivos, no final de cada exercício.

A despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é reconhecida na Demonstração do Resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido.

k) Benefícios Pós Emprego

Planos de Pensão – Planos de Benefício Definido

O passivo ou ativo, conforme o caso é reconhecido no Balanço Patrimonial referente aos planos de benefício definido corresponde ao valor presente das obrigações de benefício definido na data menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente, utilizando-se método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado dos fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Nota 4 - Títulos e Valores Mobiliários

- a) **Títulos para Negociação** - A carteira é composta por Cotas de Fundos de Renda Fixa com valor de custo e valor justo de R\$ 18.837 (sem montante em 31/12/2020), sem vencimento e nível 2.
- b) **Títulos Disponíveis para Venda** - A carteira é composta por Certificados de Depósito Bancário com valor de custo e valor justo de R\$ 1.289.815 (R\$ 1.228.177 em 31/12/2020), com vencimento acima de 365 dias e nível 2.

Nota 5 - Detalhamento de Contas

- a) **Receitas de Prestação de Serviços** - Referem-se basicamente a Cartões de Crédito no montante de R\$ 1.457.261 (R\$ 1.402.215 de 01/01 a 30/06/2020).

b) **Despesas de Pessoal**

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Remuneração	(110.934)	(109.089)
Encargos	(42.581)	(39.431)
Benefícios Sociais	(29.843)	(28.776)
Participação dos Empregados nos Lucros	(35.504)	(21.652)
Outras	(1.403)	(2.717)
Total	(220.265)	(201.665)

c) **Outras Despesas Administrativas**

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 9a)	(225.064)	(268.920)
Serviços de Terceiros, Sistema Financeiro, Segurança e Transportes	(187.381)	(238.401)
Depreciação e Amortização	(191.114)	(197.615)
Processamento de Dados e Telecomunicações	(137.646)	(125.289)
Instalações	(46.853)	(32.876)
Outras	(26.854)	(24.284)
Total	(814.912)	(887.385)

- d) **Outras Receitas / (Despesas) Operacionais** - Referem-se basicamente a despesas oriundas de comissões de transações com Cartões de Débito e Crédito, no montante de R\$ (196.826) (R\$ (213.227) de 01/01 a 30/06/2020).

Nota 6 - Tributos

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%	PIS	1,65%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%	COFINS	7,60%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	9,00%	ISS até	5,00%

a) Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do cálculo com Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido:

Devidos sobre Operações do Período	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participações	335.603	138.568
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às Alíquotas Vigentes	(114.105)	(47.113)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Resultado de Participações em Controladas e Coligadas	3.506	606
Incentivos Fiscais	3.750	709
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	(9.498)	(3.795)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(116.347)	(49.593)

II - As Despesas Tributárias estão representadas basicamente por PIS, COFINS e ISS.

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Ativos Fiscais Diferidos e sua movimentação, segregado em função das origens e desembolsos, estão representados por:

	31/12/2020	Realização/ Reversão	Constituição	30/06/2021
Provisões Ações Cíveis, Trabalhistas e Ações Fiscais e Previdenciárias	42.105	(14.142)	13.442	41.405
Provisão para Participação nos Lucros	22.279	(22.279)	16.489	16.489
Provisão Programa de Recompensa	10.721	(10.721)	10.402	10.402
Outras Provisões Indedutíveis	40.346	(7.615)	8.581	41.312
Total (*)	115.451	(54.757)	48.914	109.608

(*) Os Ativos Fiscais Diferidos são classificados, em sua totalidade como Não Circulante.

II - A estimativa de realização e o valor presente dos Ativos Fiscais Diferidos são:

Ano de Realização	Diferenças Temporárias	%
2021	41.977	38,3%
2022	14.640	13,4%
2023	4.494	4,1%
2024	3.737	3,4%
2025	3.302	3,0%
acima de 2025	41.458	37,8%
Total	109.608	100,0%
Valor Presente (*)	101.951	

(*) Para o ajuste a valor presente foi utilizada a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e Contribuição Social, em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos ativos fiscais diferidos decorrentes das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

III - Em 30/06/2021 e 31/12/2020, não existiam ativos fiscais diferidos não contabilizados.

c) Obrigações Fiscais Correntes

	30/06/2021	31/12/2020
Obrigações Legais	33.481	30.098
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	32.998	16.984
Demais Impostos e Contribuições a Pagar	96.776	113.062
Total	163.255	160.144
Circulante	103.586	91.145
Não Circulante	59.669	68.999

Nota 7 – Patrimônio Líquido

a) **Capital Social** - Está representado por 902.960.740 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em AGO/E de 26/05/2021, foi aprovado aumento do Capital Social no montante de R\$ 6.000.000, com a emissão de 231.062.291, ações ordinárias normativas e sem valor nominal.

b) **Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio** - Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos obrigatórios provisionados ao final do ano, correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme disposto no Estatuto Social.

Nota 8 - Partes Relacionadas

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. As principais partes relacionadas são:

- Controladoras - acionista direto: Banco Itauleasing S.A. e os indiretos: Itaú Unibanco Holding S.A., sua respectiva agência em Cayman e a Itaúsa S.A.;
- Controladas - as participações diretas da REDE, além das demais empresas sob controle do Itaú Unibanco Holding S.A.; e
- Coligadas - empresas não controladas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

	Taxa Anual	Ativos / (Passivos)		Receitas / (Despesas)	
		30/06/2021	31/12/2020	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		4.356.446	2.403.910	50.695	88.974
Controladas	100% SELIC	4.356.446	2.403.910	50.695	88.974
Títulos e Valores Mobiliários		1.308.652	1.228.177	10.435	69.322
Controladas	100% CDI	1.289.815	1.228.177	10.435	69.322
Fundos de Investimentos		18.837	-	-	-
Relações Interfinanceiras (Posição Ativa e Passiva)		4.931.427	6.586.253	-	-
Controladas		4.931.427	6.586.253	-	-
Valores a Receber (Pagar)/Receitas de Prestação de Serviços, Despesas Administrativas e/ou Outras Operacionais		(20.183)	15.100	(30.962)	(21.518)
Controladas		16.157	15.100	(34.183)	(22.913)
Coligadas		(36.340)	-	3.221	1.395
Aluguéis		-	-	(1.526)	(2.928)
Controladas		-	-	(1.526)	(2.928)
CRCC (*)		-	-	(225.064)	(268.920)
Controladas		-	-	(225.064)	(268.920)

(*) Convênio de Rateio de Custos Comuns (Nota 5c).

b) Remunerações e Benefícios do Pessoal-Chave da Administração

As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores da REDE no período correspondem a:

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Honorários	(4.086)	(3.723)
Participação no Lucro	(1.178)	(750)
Benefícios Pós Emprego	(440)	(311)
Plano Pagamento Baseado em Ações	1.038	848
Total	(4.666)	(3.936)

Nota 9 – Benefícios Pós Emprego

A REDE patrocina planos de aposentadoria aos seus colaboradores.

Os planos de aposentadoria são administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e encontram-se fechados à novas adesões. As entidades possuem estrutura independente e administram os planos conforme as características de seus regulamentos.

Até Existem três modalidades de planos de aposentadoria:

- Planos de Benefício Definido (BD): são planos cujos benefícios programados têm seu valor previamente estabelecido, baseados nos salários e/ou tempo de serviço dos colaboradores, sendo seu custeio determinado atuarialmente;
- Planos de Contribuição Definida (CD): são aqueles cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo dos investimentos, mantido em favor do participante, inclusive na fase de concessão de benefícios, considerando resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos; e
- Planos de Contribuição Variável (CV): nesta modalidade, os benefícios programados apresentam a conjugação das características das modalidades de contribuição definida e benefício definido, sendo o benefício determinado atuarialmente com base no saldo dos investimentos acumulados pelo participante na data da aposentadoria.

Apresentamos a seguir a relação dos planos de benefícios e suas modalidades:

Entidade (*)	Plano de Benefício	Modalidade
Fundação Itaú Unibanco Previdência Complementar - FIU	Plano de Previdência REDECARD	Contribuição Definida

(*) A partir de abril/20, houve a incorporação dos Planos (Plano de Aposentadoria Redecard, Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar) para os planos (Plano de Benefício Definido Itaucard, Plano de Contribuição Variável Itaucard) respectivamente.

Os planos de aposentadoria na modalidade Contribuição Definida possuem fundos previdenciais compostos pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes por perda da elegibilidade ao benefício, bem como por recursos oriundos dos processos de migração de planos de aposentadoria na modalidade benefício definido. O fundo é utilizado para aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

a) Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	30/06/2021	30/06/2020
Taxa de Desconto ⁽¹⁾	7,64% a.a.	7,64% a.a.
Tábua de Mortalidade ⁽²⁾	AT-2000	AT-2000
Rotatividade ⁽³⁾	Experiência Itaú 2008/2010	Experiência Itaú 2008/2010
Crescimentos Salariais Futuros	4,00% a 7,12% a.a.	4,00% a 7,12% a.a.
Crescimentos Benefícios dos Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Determinada com base nos rendimentos de mercado relativos aos Títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) e compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) Correspondem aquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", aplicando-se um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas.

(3) Atualizada à nova expectativa de comportamento da massa.

b) Gerenciamento de Riscos

As EFPC patrocinadas pela REDE são reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), dispõem de Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal.

Os benefícios oferecidos possuem características de longa duração e os principais fatores envolvidos no gerenciamento e mensuração de seus riscos são risco financeiro, risco de inflação e risco biométrico.

- Risco Financeiro

O passivo atuarial do plano é calculado adotando uma taxa de desconto, que pode diferir das taxas auferidas nos investimentos. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá acarretar um déficit. Para mitigar esse risco e assegurar a capacidade de pagar os benefícios no longo prazo, os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar volatilidade e risco de descasamento entre ativos e passivos. Adicionalmente, são realizados testes de aderência nas premissas financeiras para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

- Risco de Inflação

Grande parte das obrigações estão vinculadas a índices de inflação, tornando o passivo atuarial sensível à alta dos índices. Para mitigar esse risco, são utilizadas as mesmas estratégias de mitigação dos riscos financeiros.

- Risco Biométrico

Planos que possuem alguma obrigação avaliada atuarialmente estão expostos ao risco biométrico. Caso as tábuas de mortalidade utilizadas não se mostrem aderentes à massa de participantes dos planos, é possível o surgimento de déficit ou superávit na avaliação atuarial. Para mitigar esse risco, são realizados testes de aderência das premissas biométricas para assegurar sua adequação às obrigações dos respectivos planos.

Para efeito de registro no balanço das EFPCs que os administram, o passivo atuarial dos planos utiliza taxa de desconto aderente à sua carteira de ativos e fluxos de receitas e despesas, conforme estudo elaborado por consultoria atuarial independente. O método atuarial utilizado é o método agregado, pelo qual o custeio do plano é definido pela diferença entre o seu patrimônio de cobertura e o valor atual de suas obrigações futuras, observando a metodologia estabelecida na respectiva nota técnica atuarial. Verificando-se déficit no período de concessão, acima dos limites de equacionamento definidos na legislação vigente, é estipulado um contrato de dívida com a patrocinadora com garantias financeiras.

c) **Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial**

O montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial é limitado pela restrição do ativo e é apurado com base nas contribuições futuras estimadas a serem realizadas pela patrocinadora, de forma que representa o valor máximo de redução nas contribuições a serem efetuadas.

30/06/2021								
	Planos BD e CV				Plano CD			Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	-	-	-	-	5.291	-	5.291	5.291
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	-	-	-	-	199	-	199	199
1 - Custo Serviço Corrente	-	-	-	-	-	-	-	-
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos ^{(1) (3)}	-	-	-	-	199	-	199	199
4 - Outras Despesas ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido (5+6+7)	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Remensurações ^{(2) (3)}	-	-	-	-	-	-	-	-
7 - Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (8+9)	-	-	-	-	-	-	-	-
8 - Benefícios Pagos	-	-	-	-	-	-	-	-
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Final do Período	-	-	-	-	5.490	-	5.490	5.490
Valor Reconhecido no Ativo	-	-	-	-	-	-	5.490	5.490
Valor Reconhecido no Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-

31/12/2020								
	Planos BD e CV				Plano CD			Total
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Fundo Previdencial	Restrição do Ativo	Montante Reconhecido	Montante Reconhecido
Valor Início do Período	54.592	(48.167)	(8.582)	(2.157)	4.804	-	4.804	2.647
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3+4)	1.043	(936)	(164)	(57)	365	-	365	308
1 - Custo Serviço Corrente	-	(16)	-	(16)	-	-	-	(16)
2 - Custo Serviço Passado	-	-	-	-	-	-	-	-
3 - Juros Líquidos ^{(1) (3)}	1.043	(920)	(164)	(41)	365	-	365	324
4 - Outras Despesas ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido (5+6+7)	(54.959)	48.427	8.746	2.214	122	-	122	2.336
5 - Efeito na Restrição do Ativo	-	-	8.746	8.746	-	-	-	8.746
6 - Remensurações ^{(2) (3) (4)}	(54.959)	48.427	-	(6.532)	122	-	122	(6.410)
Alterações de premissas demográficas	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de premissas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
Experiência do plano ^{(3) (4)}	(54.959)	48.427	-	(6.532)	122	-	122	(6.410)
7 - Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros (8+9)	(676)	676	-	-	-	-	-	-
8 - Benefícios Pagos	(676)	676	-	-	-	-	-	-
9 - Contribuições e Aportes da Patrocinadora	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Final do Período	-	-	-	-	5.291	-	5.291	5.291
Valor Reconhecido no Ativo	-	-	-	-	-	-	5.291	5.291
Valor Reconhecido no Passivo	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2021 com base no valor inicial (Ativo Líquido, Passivos Atuariais e Restrição do Ativo), descontando-se o valor projetado dos pagamentos / recebimentos de benefícios / contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 7,64% a.a. (Em 01/01/2020 utilizou-se a taxa de desconto de 7,64% a.a.).

(2) Corresponde aos valores de utilização de ativos alocados em fundos previdenciais dos planos CD.

(3) Corresponde aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado e contemplam as contribuições realizadas pelos participantes.

(4) Contempla valores referente a incorporação dos Planos (Plano de Aposentadoria Redecard, Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar) para os planos (Plano de Benefício Definido Itaucard, Plano de Contribuição Variável Itaucard) respectivamente.

Nota 10 – Informações Suplementares

- a) **Gerenciamento de Riscos e Capital** – A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

Os documentos “Relatório de Acesso Público – Risco de Mercado / Risco de Crédito / Risco de Liquidez e Gestão Integrada Risco Operacional e Controles Internos” que detalham as diretrizes estabelecidas pelo normativo institucional de controle de risco do conglomerado, que não fazem parte das demonstrações contábeis, podem ser visualizados no site www.itaubank.com.br/relacoes-com-investidores, na seção Itaú Unibanco, Governança Corporativa, Regulamentos e Políticas, Relatórios.

- b) **Comitê de Auditoria Único** - Em atendimento à Resolução nº 3.198/04, do CMN, a REDE aderiu ao Comitê de Auditoria Único instituído pelo Conglomerado Financeiro Itaú Unibanco, por intermédio da instituição Líder Itaú Unibanco Holding S.A. O resumo do relatório do referido Comitê é divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis da instituição líder.

- c) **Combate aos efeitos da COVID-19 “Novo Coronavírus”**

A REDE monitora os efeitos econômicos da pandemia da COVID-19, que podem afetar adversamente seus resultados. Desde o início do surto da COVID-19 no Brasil, foi estruturado o Comitê de Gestão de Crise Institucional, por meio de sua controladora Itaú Unibanco Holding S.A., estabelecendo uma agenda intensificada de gestão de crise responsável pelo acompanhamento da pandemia e de seus impactos em suas operações, além das ações governamentais para mitigá-los.

A REDE identificou os seguintes impactos em seus resultados, bem como efeitos nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das Demonstrações Contábeis:

- (a) impactos temporários na precificação de seus instrumentos financeiros, decorrentes de oscilações de taxas e da alta volatilidade dos preços nos mercados no início da pandemia, no primeiro trimestre de 2020, influenciando na mensuração dos itens avaliados ao valor justo nos seus diversos níveis;
- (b) impactos no reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferido em 2020 em razão do maior volume de diferenças temporárias dedutíveis registradas no período. A pandemia reduziu as projeções de lucro tributável, entretanto, não foi responsável pela geração de prejuízo fiscal e base negativa na REDE.

- d) **Resultado Não Recorrente Regulatório**

Nos períodos, não houve eventos não recorrentes, conforme os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/2020.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

***Demonstrações contábeis em
30 de junho de 2021
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas
Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Redecard Instituição de Pagamento S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redecard Instituição de Pagamento S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Redecard Instituição de Pagamento S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

São Paulo, 23 de agosto de 2021

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4